

AMMP NOTÍCIAS



Associação recebe novos(as) Promotores(as)
de Justiça e apresenta o programa
"AMMP, caminhando com você"

Editorial

De luta em luta pela classe

Caros associados,

Mais uma vez, o trabalho de diálogo da AMMP, CONAMP e entidades filiadas com atores políticos foi permanente no Congresso Nacional.

Em março, foi aprovado por Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados, o Estatuto das Vítimas. O texto visa, enfim, criar condições legais para amparar as vítimas de crimes e abusos no país. Leia mais na página 3.

Também estão em acompanhamento matérias relacionadas à política remuneratória dos membros e na reafirmação de direitos da classe, como o PLP 04/2022, que trata da incorporação do tempo de serviço público durante a pandemia para fins de licença-prêmio, o PL Extrateto, e a proposta que disciplina a gratificação por acumulação de acervo. Fiquem atentos aos nossos canais oficiais para saber o andamento dos temas.

Além das lutas institucionais, a AMMP abriu suas portas para novos membros do MPMG. Os integrantes da 58ª turma foram recebidos, na sede, para conhecer a estrutura e a cartilha de serviços da Associação. Que sejam bem-vindos!

Na página 20, divulgamos o calendário de esportes da associação. Consulte as datas e marque na sua agenda.

Diretoria AMMP



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:

Larissa Rodrigues Amaral

1º vice-presidente:

Luz Maria Romanelli de Castro

2º vice-presidente:

Francisco Chaves Generoso

3º vice-presidente:

Fabício Marques Ferragini

4º vice-presidente:

Vinicius Bigonha Cancela
Moraes de Melo

1º diretora administrativa:

Vanessa Fusco Nogueira Simões

2º diretor administrativo:

Fernanda Caram Monteiro

1º diretor financeiro: José

Silvério Perdigão de Oliveira

2º diretor financeiro:

Júnia Barroso Oliveira Balsamão

Conselho Deliberativo | Capital

Iraídes de Oliveira Marques Caillaux

Josélia de Almeida Santos

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

Marcos Viola de Carvalho

Patrícia Ribeiro de Oliveira

Paulo Roberto Moreira Cançado

Reyvani Jabour Ribeiro

Conselho Deliberativo | Interior

Calixto Oliveira Souza

Fábio Soares Guimarães Filho

Fernando de Abreu Mendes

Fernanda de Paula Silva

Hélio Pedro Soares

Samuel Saraiva Cavalcante

Wagner Marteleto Filho

Conselho Fiscal

Antônio José Leal

Décio Monteiro Moraes

Epaminondas da Costa

Flavia Mussi Bueno do Couto

João Paulo Fernandes

Júlia Matos Frossard

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável

Guilherme Reis

Repórteres

Damiany Coelho

Guilherme Reis

Diagramação

Guilherme Reis

Tiragem

700 exemplares

Rua Timbiras, 2.928

Barro Preto

30140-062

Belo Horizonte/MG

ammp@ammp.org.br

www.ammp.org.br

Sumário

GT da Câmara aprova Estatuto das Vítimas.....	3
Novos(as) Promotores(as) de Justiça visitam a sede da AMMP.....	8
Em Dia.....	9
Plano de ação elaborado por Promotor de Justiça André Tuma Delbim Ferreira é escolhido como um dos cinco melhores do Brasil em curso do CNJ.....	14
MPMG e mineradora firmam acordo para recuperação de área contaminada e compensação por danos ambientais no valor de R\$ 7 mi.....	17
O que é Abril Azul?.....	18
Calendário esportivo.....	20

GT da Câmara aprova Estatuto das Vítimas

No dia 30 de março, o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados aprovou parecer do parlamentar Gilberto Nascimento em favor da aprovação do PL 3890/20, que institui o Estatuto das Vítimas. O texto representa a atualização da legislação, que historicamente não delineava atenção específica para aqueles que foram alvo de crimes e abusos.

A CONAMP, juntamente com as entidades afiliadas, provocou a tramitação

da matéria na Câmara dos Deputados e buscou diálogo permanente com as lideranças parlamentares para apresentar sugestões à proposta.

Para as entidades, o Estatuto das Vítimas resguarda as vítimas de crimes, desastres naturais, epidemias e outros eventos que resultem em danos físicos, emocionais ou econômicos.

Ressalta-se que a proposta não tem como objetivo suprimir direitos conquistados por réus e condenados.

Em nota às entidades filiadas, o presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, enfatizou a relevância da proposição. "Temos a plena confiança de que o PL 3890/20 (Estatuto da Vítima) receberá o devido trâmite prioritário, para que possamos avançar na tutela das vítimas, alinhando a nossa legislação com normatizações internacionais, com especial enfoque aos direitos básicos das vítimas, como o direito à comunicação, à defesa, à proteção, à informação,

ao apoio, à assistência, ao tratamento individual e não discriminatório e ao ressarcimento de despesas e o da indenização e da restituição de bens. Elaborado de forma a salvaguardar direitos fundamentais para vítimas de desastres naturais, o Estatuto exige do Estado um preparo ainda maior na capacitação dos servidores públicos e profissionais de serviços de apoio e assistência às vítimas de crimes." (Com informações da CONAMP).

AMMP e CONAMP seguem em busca do fortalecimento e dos direitos da classe

A AMMP e a CONAMP, juntamente com as entidades afiliadas, seguem atuando incessantemente pela valorização da política remuneratória e efetiva recomposição do subsídio, continuando esforços com parlamentares, ministros

e o Produtor-Geral da República.

Os PLPs 148/2020 e 04/2022, que tratam da incorporação do tempo de serviço público durante a pandemia para fins de licença-prêmio, seguem em acompanhamento

sistemático por parte da AMMP e CONAMP. Estão sendo feitos contatos com lideranças do Congresso para apontar a importância da aprovação dos textos.

Assim como feito em 2021, a AMMP e a CONAMP permanecem atentas ao

PL Extrateto. Atualmente, a matéria tramita no Senado Federal.

A CONAMP trabalha também nas discussões que envolvem a proposta que disciplina a gratificação por cumulação de acervo.

Associação lança o programa "AMMP, caminhando com você" em visita de novos(as) Promotores(as)



A 58ª turma de novos Promotores (as) do Ministério Público de Minas Gerais foi recebida, na sede, no dia 05 de abril, para conhecer os

espaços e serviços oferecidos à classe pela AMMP.

No auditório, a presidente, Larissa Rodrigues Amaral, desejou boa jornada aos

novos colegas e destacou, além dos serviços, a relevância da associação e sua relação com o MPMG. "Devemos, sim, a várias gerações anteriores que passaram aqui e lutaram para que a gente chegasse ao perfil constitucional que temos hoje. Isso foi feito sozinho, pela AMMP? Não. Várias outras associações também, como a nossa associação nacional. É o que a gente faz todo dia para a defesa de vocês, para a defesa da classe".

Posteriormente, a vice-presidente, Luz Maria Romanelli de Castro, apresentou o programa "AMMP, caminhando com você", dando início a uma parceria entre Instituição e novos associados que começa no momento da posse e segue para além da aposentadoria.

O evento seguiu com o 3º vice-presidente da AMMP e diretor da AMMP-

SAÚDE, Fabrício Marques Ferragini, que explicou o funcionamento do plano assistencial aos recém associados.

O ex-presidente da AMMP e Procurador de Justiça aposentado, Joaquim Cabral Netto, também falou aos recém-empossados. Na ocasião, abordou a história da AMMP e do MPMG.

Por fim, a Diretora Financeira da AMMP e presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais (FESMP), Júnia Barroso Oliveira Balsamão, ressaltou que a Associação está à disposição dos novos membros.

A AMMP deseja sucesso para cada Promotor e Promotora de Justiça que começa, a partir de agora, uma carreira tão importante na defesa do cidadão mineiro!



AMMP-Saúde promoveu campanha de vacinação contra a gripe

A AMMP-Saúde e o Laboratório São Marcos promoveram a campanha de vacinação da gripe 2022. Em Belo Horizonte, a imunização ocorreu na sede, entre os dias 07 e 08 de abril. No total, foram aplicadas 508 doses.

Aqueles que não puderam ir à AMMP, conseguirão tomar a vacina nas unidades do São Marcos. Basta levar cópia da carteirinha da

AMMP-Saúde e documento oficial com foto. Acesse o site do Laboratório para saber os endereços de atendimento: saomarcoslaboratorio.com.br/

Residentes no interior do estado podem buscar a clínica ou laboratório mais próximo e a AMMP-Saúde fará o reembolso do valor. A solicitação deve ser feita pelo site: ammpsaude.org.br/.

Em caso de dúvida, entre em contato: (31) 2532-6400.



Promotor de Justiça Fernando Rodrigues Martins participa do evento “Futuro da Regulação Estatal”, em Lisboa

O Promotor de Justiça da 03ª Promotoria de Justiça de Uberlândia e professor do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Fernando Rodrigues Martins, participará, entre os dias 18 e 21 de abril, do evento “Os Desafios do Desenvolvimento: O Futuro da Regulação Estatal”, em Lisboa (POR).

O ciclo de debates é organizado pelo Fórum de Integração Brasil-Europa -FIBE para discutir os caminhos rumo à retomada do bem-estar econômico e social em meio às transformações impostas pela revolução digital, a pandemia da Covid-19 e agora a guerra europeia. As discussões envolvem

autoridades judiciais e reguladoras, professores e especialistas que atuam no Brasil, Portugal e em organismos internacionais.

Fernando Rodrigues Martins compõe a mesa redonda “Serviços e Instituições Financeiras”, no dia 19 de abril, às 14h (horário de Portugal).

Currículo

Fernando Rodrigues Martins é Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon. Também é professor Adjunto IV da Faculdade de Direito da UFU, onde leciona na graduação e no programa de mestrado da Fadir.



Diretoria acompanha palestra do Ministro Luiz Roberto Barroso



No dia 04 de abril, a Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, e o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Junior, estiveram no evento "Imersão Indústria - 1ª Capacitação Política",

promovido pela FIEMG. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, palestrou sobre o tema "A Constituição Federal e a Interface entre os 3 Poderes e Atualidades."

Diretoria participa de Simpósio "Direito e Medicina"



A vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, participou, no dia 1º de abril, do Simpósio Direito e Medicina, na sede da Associação Médica de Minas Gerais. O evento foi organizado pela entidade em parceria com o Centro de Apoio Operacional das

Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público de Minas Gerais (CAO-Saúde), com apoio da AMMP. O evento debateu temas ligados à saúde e à judicialização, inovações tecnológicas, direitos do paciente e implicações da vacinação da Covid-19.

Promotor Luciano Moreira de Oliveira lança a obra sobre atenção primária à Saúde

No dia 1º de abril, o Promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde, Luciano Moreira, lançou no Simpósio Direito e Medicina, na Associação Médica de Minas Gerais, o livro "Teoria Jurídica da Atenção Primária à Saúde". A obra é resultado da pesquisa realizada pelo

Promotor de Justiça durante o curso de Doutorado em Direito Público da Universidade de Coimbra, em Portugal. O livro está em pré-venda e pode ser adquirido pelo link a seguir, com 20% de desconto, com o cupom SAUDE_20: loja.editoraforum.com.br/teoria-juridica-da-atencao-primaria-a-saude



Comissão de aposentados entrega à CONAMP a Carta de Fortaleza dos membros Aposentados e Pensionistas

No dia 24 de março, durante a programação do XXIV Congresso Nacional do Ministério Público, a comissão de aposentados da CONAMP promoveu o I Encontro de Aposentados e Pensionistas da Comissão Nacional. A associada Adriana Ribeiro da Costa Cecon representou a AMMP.

Na oportunidade, foi

entregue ao presidente da CONAMP, Manoel Murrieta, a Carta de Fortaleza dos membros Aposentados e Pensionistas. O documento lista 11 itens com propósitos, diretrizes e sugestões que abarcam os direitos e as solicitações do colegiado. Para ler a carta, acesse o site da CONAMP. *(Com informações da Conamp)*



Diretoria visita Antonio Anastasia



A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, e o Presidente da Conamp, Manoel Murrieta, realizaram, em Brasília, visita de cortesia ao Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antonio Anastasia.

Diretoria reúne-se com representantes das seções regionais



No dia 14 de março, a Diretoria da AMMP reuniu-se com os Presidentes das seções regionais, em formato híbrido. Durante o encontro, foram tratados assuntos institucionais de interesse dos associados.

Polo de Educação de Medidas Socioeducativas realizou evento na AMMP



No dia 29 de março, o PEMSE - Polo de Educação de Medidas Socioeducativas - realizou o evento "Mulheres que inspiram" na sede da AMMP, em homenagem ao mês da mulher. A associada e Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte, Ângela Fabero, foi

uma das homenageadas pelo destaque no trabalho em prol de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e de violação de direitos.

O Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas - PEMSE, com sede em Juiz de Fora-MG, atua por meio de termo de

colaboração junto ao Estado de Minas Gerais na execução de medidas socioeducativas. Atualmente, gerencia quatorze Casas de semiliberdade nos seguintes municípios: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Muriaé, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Ipatinga, Uberlândia, Uberaba, Patrocínio e Patos de Minas.

Desde 2013 o PEMSE é responsável pela gestão da única Casa de Semiliberdade no Estado de Minas que acolhe adolescentes.

Atualmente, esta unidade encontra-se localizada no bairro Santa Inês, na capital, com capacidade de atendimento para até 12 adolescentes. O

público atendido consta em sua maioria de adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Trajetória

Promotora de Justiça desde 1995, Ângela Fabero atuou nas Comarcas de Diamantina, Brumadinho e Contagem. Nas duas primeiras cidades desempenhou atribuições na Infância e Juventude.

Também é titular da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte desde 2002. A associada é membro da Comissão de Educação do Fórum permanente das medidas socioeducativas de Belo Horizonte. *(Com informações da PEMSE)*

Diretoria participa de reunião da Conamp em Fortaleza



A Presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, e o Diretor Financeiro da AMMP e Conselheiro Fiscal da CONAMP, José Silvério Perdigão, estiveram em Fortaleza e participaram, no dia 23 de março, da I Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Conamp. Na ocasião, foram tratados temas de interesse da classe.

Diretoria participou de reunião da Comissão de Mulheres da CONAMP



A vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, representou a Associação em reunião da Comissão de Mulheres da Conamp, ocorrida durante o XXIV Congresso Nacional do Ministério Público, em Fortaleza.

Presidência participa de cerimônia de homenagem ao Senador Rodrigo Pacheco



No dia 23 de março, em Fortaleza, a presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Larissa Rodrigues Amaral, participou de cerimônia de homenagem ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, ocasião em que também estiveram presentes várias lideranças do Ministério Público brasileiro.

Associados compuseram a programação do Congresso Nacional do MP, em Fortaleza

O Promotor de Justiça Lélío Braga Calhau palestrou, no dia 25 de março, com o tema: "Direito das vítimas penais e o princípio da vedação à proteção deficiente".

No mesmo dia, o também Promotor de Justiça Claudio Maia de Barros apresentou o tema: "O quesito genérico no Tribunal do Júri e sua análise à luz da soberania

constitucional dos veredictos". Também palestrou o Promotor de Justiça Fernando Rodrigues Martins, sobre atualização do CDC e promoção dos vulneráveis.

Houve, ainda, apresentação de teses dos Promotores de Justiça do MPMG, Epaminondas da Costa (Estatuto da Criança e do Adolescente: Audiências Admonitória e de Justificação e os Mandados de Busca

e Apreensão e de Condução Coercitiva/Perda e restabelecimento do poder familiar por ato judicial: procedimento não contencioso), Marcos Pereira Anjo Coutinho (Atuação do Ministério Público à luz do direito ao planejamento administrativo: reflexões sobre a antessala normativa do princípio da eficiência no controle da Administração Pública) e Rodrigo Alberto

Azevedo Couto (*Discrímen* de Gênero: inconstitucionalidade e inconveniência na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais).

No dia 24 de março, o Promotor de Justiça e Coordenador do Procon-MG, Glauber Sérgio Tatagiba do Carmo, participou do painel Defesa do Consumidor – instrumento de garantia social.

Ex-presidente da AMMP é homenageado



No dia 30 de março, a presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, esteve presente na cerimônia em homenagem ao ex-presidente da Associação, ex-Procurador-Geral de Justiça e ex-Ouvidor do MPMG, Alceu Torres Marques.

Na ocasião, foi inaugurada a foto da autoridade no Memorial do Ministério Público de Minas Gerais.

AMMP prestigia seminário da ADEP-MG



No dia 25 de março, a 1ª Diretora Administrativa da AMMP, Vanessa Fusco Nogueira Simões, representou a Associação no “Seminário Democracia e Acesso à Justiça Eleitoral”, realizado pela Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), no Hotel Ramada by Wyndham, em Belo Horizonte.

Diretoria participa de solenidade de lançamento de obra do presidente da AMAGIS, Luiz Carlos Rezende e Santos

A presidente da AMMP, Larissa Rodrigues Amaral, acompanhou, no dia 6 de abril, no Auditório da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG, o lançamento do livro “Tratamento Penitenciário: um estudo sobre tortura, maus-tratos e assistência às pessoas privadas de liberdade”, escrito pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), Luiz Carlos

Rezende e Santos, e que tem como coautor o sociólogo e professor Luís Flávio Sapori.

O livro foi editado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A obra é resultado de estudo e reflexão a partir de entrevistas com 1.520 pessoas em cumprimento de pena no regime fechado da Apac e que passaram pelo menos um ano no sistema comum.



Diretoria participa do curso de preparação para ingresso na carreira do MP



No dia 18 de março, a AMMP recebeu os novos Promotores e Promotoras de Justiça para confraternização ocorrida logo após a cerimônia oficial de posse do MPMG, que contou com participação da Presidente da Associação, Larissa Rodrigues Amaral.

No dia 21 de março, ocorreu, na sede da PGJ, a abertura do “Curso de

preparação para ingresso na carreira do Ministério Público - 58º Concurso”. A vice-presidente da Associação, Luz Maria Romanelli de Castro, representou a AMMP no evento.

Parabenizamos todos os empossados (as) e desejamos muito sucesso na trajetória como Promotores e Promotoras de Justiça de Minas Gerais!



Diretoria visita prefeito Alexandre Kalil



A Diretoria da AMMP, representada pela vice-presidente, Luz Maria Romanelli de Castro, e pelo Diretor Financeiro, José Silvério Perdigão, fizeram visita institucional ao Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, no dia

21 de março. Também participou do encontro o ex-Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, ex-presidente da AMMP e ex-Procurador-Geral do Município, Castellar Modesto Guimarães Filho.

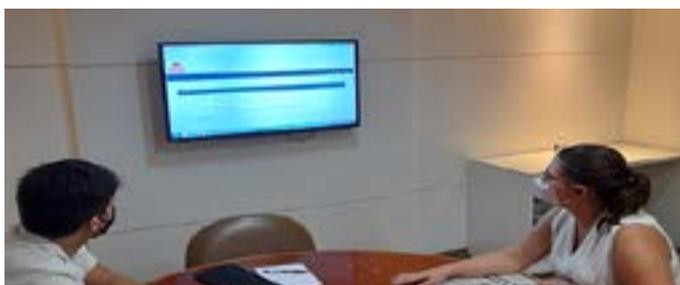
Diretoria participa de reunião com associados e Administração Superior no Vale do Aço

A Diretoria da AMMP e a Administração Superior do MPMG fizeram, no dia 7 de março, reunião conjunta com os associados da região do Vale do Aço. No encontro foram tratados temas institucionais. No mesmo dia, foi realizada visita à Usiminas e ao centro de memória da empresa, inaugurado no ano passado.

AMMP encaminha ofício à PGJ acerca de vantagens a título de direito pessoal

A AMMP enviou, no dia 14 de março, ofício ao PGJ para requerer o cumprimento de decisão do STF, no julgamento do RE 606.358/SP, tomado com caráter de repercussão geral, bem como o decidido nas ADI's 3854/DF e 4014/DF, em caráter vinculante, para o fim de reconhecer o direito à percepção das vantagens, a título de direito pessoal, incorporadas legitimamente ao patrimônio dos membros do Ministério Público de Minas Gerais até a implementação do regime de subsídios, respeitando o teto constitucional. O ofício, na íntegra, encontra-se na intranet do site da AMMP.

AMMP testa sistema eleitoral eletrônico



No dia 15 de março, a vice-presidente da AMMP, Luz Maria Romanelli de Castro, iniciou os testes, junto à equipe técnica da Associação, do Sistema de Votação On-Line Helios, para análise da viabilidade para uso nas nossas eleições. A plataforma gratuita permite a realização de pleito por meio digital com auditoria.

Diretoria visita o Senador Alexandre Silveira



A Diretoria da AMMP, juntamente com a Diretoria da CONAMP, realizou, no dia 16 de março, visita institucional ao Senador Alexandre Silveira.

Conexão homenageia mulheres



Na programação especial de março, em homenagem às mulheres do MP, o Conexão AMMP trouxe entrevista com a Promotora de Justiça, Coordenadora do CIMOS/RMBH e integrante da Academia de Letras do MPMG, Shirley Machado de Oliveira, para falar

sobre literatura e a atuação feminina no Ministério Público mineiro. O bate-papo apresentou a perspectiva da mulher na Instituição, além de boas dicas de livros e de autoras inspiradoras.

Assista no canal **AMMP MG**, no YouTube.

Para Quinta Turma, não se exige revisão periódica da prisão preventiva de réu foragido



A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que não há o dever de revisão de ofício da prisão preventiva a cada 90 dias – como prevê o artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal (CPP) – quando o acusado está foragido.

A decisão manteve o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que negou habeas corpus para um réu foragido, acusado de associação criminosa, crime contra a economia popular e crime contra as relações de consumo.

A defesa sustentou, com base na literalidade do dispositivo do CPP, que o marco para a revisão da prisão preventiva a cada 90 dias (sem a qual

a medida se torna ilegal) seria a sua decretação pelo órgão judicial competente, independentemente de execução.

Análise da finalidade da norma

O relator do recurso da defesa no STJ, ministro Ribeiro Dantas, afirmou que, de fato, o texto legal menciona que deverá ocorrer a revisão da custódia quando decretada a prisão, e não quando efetivamente cumprida. Ele destacou ainda que a simples existência de tal cautelar implica constrangimento ao seu destinatário e que, como nenhum constrangimento pode durar indefinidamente, isso levaria a concluir pela

necessidade de revisão da medida, enquanto subsistir o decreto.

Entretanto, o magistrado considerou que, nesse caso, deve-se analisar a finalidade da norma, a qual busca evitar o "gravíssimo constrangimento" a que está submetido aquele que se encontra privado de sua liberdade, situação bem mais penosa que a advinda da simples ameaça de prisão.

"Somente gravíssimo constrangimento, como o sofrido pela efetiva prisão, justifica o elevado custo dispendido pela máquina pública com a promoção desses numerosos reexames impostos pela lei", declarou.

Para o ministro, não seria razoável nem proporcional obrigar todos os juízos criminais brasileiros a revisar de ofício, a cada 90 dias, toda e qualquer prisão preventiva decretada e não cumprida, tendo em vista que, na prática, há réus que permanecem foragidos por anos.

"Caso o indiciado viesse a continuar foragido, por exemplo, pelo período de 15 anos, o juízo processante seria obrigado a reexaminá-la, ex officio, quase 60 vezes. E mais: esse mesmo juízo teria de fazê-lo em um sem-número de processos, cujas prisões

foram decretadas e não cumpridas", comentou o relator.

Fuga mantém fundamentos para a prisão preventiva

De acordo com Ribeiro Dantas, ainda que se fizesse uma interpretação do dispositivo considerando a suposta vontade ou motivação do legislador, a finalidade da norma continuaria a se referir apenas ao afastamento do constrangimento da efetiva prisão, e não ao que decorre de mera ameaça de prisão, conforme a jurisprudência do STJ.

"Se o acusado se encontra foragido, já se vislumbram, antes mesmo de qualquer reexame da prisão, fundamentos para mantê-la – quais sejam, a necessidade de assegurar a aplicação da lei penal e a garantia da instrução criminal –, os quais, aliás, conservar-se-ão enquanto perdurar a condição de foragido do acusado", concluiu.

Ele ponderou ainda que a inexistência do dever de reexame da prisão, de ofício, não impede que o acusado foragido, por meio de sua defesa, provoque periodicamente o juízo na tentativa de revogar ou relaxar a prisão. (STJ)

Plano de ação elaborado por Promotor de Justiça André Tuma Delbim Ferreira é escolhido como um dos cinco melhores do Brasil em curso do CNJ



O plano de ação elaborado pelo coordenador da Coordenadoria Regional das Promotorias de Infância e Juventude do Triângulo Mineiro (CREDCA-TM-MPMG), André Tuma Delbim Ferreira, apresentado ao curso do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), “Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas”, visa à implantação do serviço de acolhimento familiar mais eficiente.

Apresentado como trabalho da etapa do 2º ciclo do curso, realizado no segundo semestre de 2021, o plano de ação “Acolhimento Familiar: acolher para proteger”

define estratégias e diretrizes para superar o baixo índice de amparo familiar em Minas Gerais. De acordo com os dados do Portal de Estatísticas do SNA do CNJ, e colhidos pelo Promotor de Justiça, das 3.355 crianças e adolescentes acolhidos no Estado, apenas 241 estão sob guarda de famílias, ou seja, menos de 7%.

Em entrevista ao **AMMP Notícias**, André Tuma Delbim Ferreira explica em detalhes a sua proposta e analisa as condições das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em Minas Gerais. Leia:

■ **1) O seu plano de ação foi escolhido como um dos melhores do país pelo CNJ. Como o senhor pretende aplicá-lo na prática? Já existem tratativas interinstitucionais para transformá-lo em realidade na sua região de atuação? O CNJ oferece algum suporte para a implementação?**

O plano apresentado é um desdobramento de uma das metas do nosso Plano Geral de Atuação do MPMG no campo da Defesa da Criança e Adolescente, além de ser uma necessidade premente no campo da diminuição dos prejuízos dos acolhimentos com prazos

mais duradouros. Por ser uma das metas do nosso PGA, a nossa esperança é que os Colegas Promotores de Justiça possam utilizar o nosso plano de ação como mais uma ferramenta para a implementação do serviço em suas Comarcas, sendo que o CAODCA e as CREDCA já oferecem um roteiro de atuação nesse mesmo sentido, que é um passo a passo para que o serviço possa ser efetivamente criado. Aqui, na nossa região do Triângulo Mineiro, várias Comarcas já possuem o serviço de acolhimento familiar e algumas outras estão em estágio de

implantação: algumas na fase da criação da lei municipal, outras escolhendo equipes, outras na fase de cadastramento das famílias que atuarão com unidades de acolhimento, e outras ainda na fase preliminar de sensibilização dos gestores.

2) Quais são as causas do baixo acolhimento familiar em Minas Gerais?

O baixo índice de acolhimento familiar é uma característica brasileira, não só de Minas Gerais. Os números disponibilizados pelo SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento) apontam que apenas 4% das quase 30mil crianças e adolescentes acolhidos estão na modalidade familiar. Apesar de existir uma clara preferência pelo modelo do acolhimento familiar, estabelecido inclusive no ECA, ainda há um certo apego ao modelo do acolhimento institucional no nosso país. É um reflexo ainda das grandes unidades FEBEM/FUNABEM, em que se misturavam crianças e adolescentes em situação de risco com autores de atos infracionais. Então, historicamente, passamos por um momento de readequação dos serviços de acolhimento institucional, a partir da tipificação do serviço tanto pelo SUAS, como também com a obrigatoriedade da fiscalização dos serviços, através da Resolução n.º 71 do CNMP. O acolhimento

família, como serviço tipificado, aparece com previsão legal apenas a partir de 2009 (Lei 12.010/09). A partir daí, surgem vários estudos que demonstram os prejuízos do acolhimento institucional prolongado, justamente pela falta de atenção e atendimento individualizado, o que é absolutamente factível no acolhimento familiar. Só não podemos deixar de compreender que, mesmo sendo o acolhimento familiar uma modalidade menos danosa do que o acolhimento institucional, ele não deixa de ser um acolhimento, ou seja, uma medida que deve ser encarada sob o prisma da excepcionalidade, provisoriedade e transitoriedade, vez que o lugar de crianças e adolescentes é crescendo em famílias que possam ser suas de forma definitiva (a família natural ou extensa e, caso não seja possível, a família adotiva).

3) Quais os maiores problemas que afligem as crianças e adolescentes na sua região?

A defesa da criança e adolescente comporta vários desafios, que vão exigindo novas modalidades de articulação interinstitucional. A região do Triângulo Mineiro é uma região onde o agronegócio é muito presente, o que leva a existência de uma população residente nas zonas rurais ainda bastante

significativa. Isso gera impactos na educação, transporte escolar, combate ao trabalho infantil. Também por ser recortada por diversas rodovias estaduais e federais, há um problema muito sério envolvendo a questão da prostituição infantil, ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Também por essas características, vemos vários problemas envolvendo a população migrante que procura a região na época das safras de cana e soja, e que trazem consigo um importante impacto nos setores da assistência social, saúde, educação e segurança pública. Ultimamente, como em todo o país, temos enfrentado desafios com relação aos imigrantes venezuelanos, não só de ordem cultural, como também relativamente ao aumento da população de rua nas nossas cidades. A pandemia da COVID-19 também trouxe mudanças significativas, seja pelo afastamento das crianças e adolescentes das salas de aula, e todos os problemas que esse absenteísmo acarretou, nas mais diversas ordens (adoecimento mental de crianças, retomada dos conteúdos educacionais perdidos, a fragilização da rede de proteção, como instrumento de combate às diversas formas de violência, entre outros), como também uma diminuição do poder

aquisitivo das famílias, com o aumento inflacionário, a diminuição do emprego e a retração econômica, o que acarreta a necessidade de políticas públicas estruturantes para garantir o mínimo de dignidade para esses indivíduos, a fim de minorar a desigualdade social que assola historicamente o nosso país.

4) Com os problemas econômicos no país, o número de crianças desamparadas tende a aumentar e dificultar o acolhimento. Como mitigar estes efeitos e garantir que os Direitos das crianças sejam atendidos de forma plena?

Uma excelente estratégia é, primeiramente, o fortalecimento das redes de proteção e a construção de fluxos seguros e estáveis, que impeçam os acolhimentos desnecessários. Para isso, todos os componentes do Sistema de Garantia de Direitos devem caminhar no mesmo sentido da proteção integral. O respeito ao fluxo de acolhimento estabelecido no ECA (arts. 101 § 2º e 136, parágrafo único do ECA) já auxiliam muito nesse sentido. Mas, uma vez acolhida a criança ou o adolescente, o Sistema de Justiça também deve caminhar de forma célere para garantir a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária desse acolhido. Assim, os prazos de revisão, de análise de PIA, das

audiências concentradas, tudo deve ser feito com a maior urgência e tecnicidade possível. Se for o caso de retorno para a família natural ou extensa, que isso seja decidido da forma mais rápida possível. Todavia, se essa reintegração familiar não for viável, que o Ministério Público possa promover a necessária e competente ação de destituição de poder familiar, inclusive com pedido de tutela de urgência, para que a criança ou o adolescente sejam rapidamente encaminhados para famílias devidamente habilitadas no cadastro de adoção. O Sistema de Garantia de Direitos deve se sensibilizar e organizar para que crianças e adolescentes possam usufruir do seu direito constitucional de viver e crescer em família.

5) Em seu plano, o senhor aponta para a necessidade de gestores público serem sensibilizados para o tema. Como fazer esta conscientização e garantir foco permanente na solução do problema?

A mudança do modelo do acolhimento institucional, que era amparada no paradigma dos “abrigões”, com sua consequente superação, e a construção de um modelo de atendimento mais humanizado e individualizado devem ser os nortes que mapeiam essa sensibilização. É fundamental demonstrar aos gestores que o equipamento do acolhimento institucional, além de extremamente caro, traz muitos prejuízos, a longo prazo. Estudos apontam que crianças e adolescentes expostos a longos prazos de acolhimento institucional possuem, com relação a crianças e adolescentes

que crescem em núcleos familiares, baixo QI, maior probabilidade de distúrbios psicológicos, redução da capacidade linguística, inaptidão no desenvolvimento de vínculos afetivos e inclusive crescimento físico inferior. Portanto, o tempo é um fator primordial no atendimento das necessidades individuais desses sujeitos. O acolhimento familiar, não obstante seja uma modalidade menos gravosa de acolhimento (pois não possui a ideia de uma família definitiva, posto que é um serviço ligado ao SUAS), também deve ser encarada sob o princípio da transitoriedade. Nesse serviço, famílias da sociedade se voluntariam para cuidar de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, que estejam afastadas de seus núcleos familiares

originais, sob supervisão e monitoramento constante de uma equipe técnica, que deve ser extremamente bem capacitada. E mesmo com todos esses requisitos (a necessária ajuda de custo para as unidades familiares que receberão as crianças ou adolescentes, o destacamento de uma equipe técnica nos padrões exigidos pela NOB/RH/SUAS, com uma sede própria e toda a infraestrutura necessária), o serviço de acolhimento familiar é bem menos oneroso do que o acolhimento institucional. Com isto, tem-se que a preferência legal estabelecida no ECA deve ser realmente concretizada, dado que o serviço de acolhimento familiar é qualitativamente melhor para os acolhidos e financeiramente menos oneroso para os Municípios.

**CONVÊNIOS
AMMP**

Associado, confira no site da AMMP os diversos convênios que temos para melhor atendê-lo:
ammp.org.br/convênios

AMMP
ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MPMG e mineradora firmam acordo para recuperação de área contaminada e compensação por danos ambientais no valor de R\$ 7 mi

Foto: Prefeitura São Gonçalo do Abaeté



O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a mineradora local firmaram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) visando à reparação e compensação por dano ambiental nas águas subterrâneas do distrito de Beira Rio, em São Gonçalo do Abaeté, na comarca de Patos de Minas, no Alto Paranaíba.

A empresa atua na produção de zinco metálico e óxido de zinco, em Três Marias, e, conforme o TAC, baseado no Inquérito Civil nº 0480.10.000035-9, restou comprovado que a contaminação das águas subterrâneas de dois poços tubulares resultou das atividades de deposição de rejeitos na denominada "Barragem Velha".

O Promotor de Justiça José Carlos destacou a importância da assinatura do termo de ajustamento de conduta e elogiou a disposição da empresa

para o diálogo: "trata-se de instrumento que garantiu a manutenção das providências voltadas à descontaminação da área afetada e a estipulação de um valor para reparação do dano ambiental, que poderá ser empregado em benefícios para a sociedade".

A Coordenadora Regional Carolina Lameirinha ressaltou que "a solução consensual conferiu segurança jurídica às medidas de proteção e recuperação do meio ambiente e demonstrou o compromisso da empresa em mitigar o impacto ambiental causado por suas atividades".

Pelo MPMG, assinaram o TAC os promotores de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural,

Habitação e Urbanismo (Caoma); Felipe Faria de Oliveira, coordenador Estadual de Meio Ambiente e Mineração (Cema); Carolina Frare Lameirinha; coordenadora Regional de Meio Ambiente (CRPUA); e José Carlos de Oliveira Campos Júnior, da 5ª PJ da Comarca de Patos de Minas.

Compensação

Como compensação pelos impactos ambientais causados, a Nexa deverá pagar R\$ 6,5 milhões para destinação a projetos voltados à tutela do meio ambiente.

A empresa deverá, também, apresentar e executar um Projeto de Apoio à Educação Ambiental, no valor de R\$ 500 mil, para capacitar os moradores de Beira Rio, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias nas atividades do turismo de pesca esportiva ou recreativa.

Compromissos

A empresa comprometeu-

se a manter o monitoramento dos atuais pontos de captação de água subterrânea sob influência de sua área de atuação, nos prazos e nas formas determinadas pelo órgão ambiental, com encaminhamento dos dados ao órgão ambiental competente durante todo o período de remoção dos rejeitos das barragens para o Depósito de Rejeito Murici.

Após cessar a remoção dos rejeitos, a mineradora deverá manter o monitoramento até que o órgão ambiental certifique o enquadramento dos parâmetros legais para a água subterrânea.

OTAC Prevê multa diária de R\$ 1 mil por descumprimento injustificado de qualquer das obrigações, a ser destinada ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Funemp). (Com informações do MPMG)

O que é Abril Azul?

A Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu o dia 2 de abril como Dia Mundial de Conscientização do Autismo para dar visibilidade ao tema, já que o transtorno ainda é bastante desconhecido pela população. Assim, criou-se também a campanha Abril Azul para que o mês inteiro seja marcado com diversas ações voltadas para o autismo.

Por que a cor azul? Porque o autismo atinge muito mais os meninos do que as meninas (proporção de 4:1), fato que a ciência ainda não consegue explicar.

Qual a importância de conscientizar a sociedade sobre o autismo?

Ainda não se sabe ao certo quais as causas para o distúrbio. Acredita-se que a maioria dos casos seja de origem genética: alguns genes seriam responsáveis por essa condição, mas os pesquisadores ainda buscam respostas mais claras sobre essa correlação. Porém, é fato que famílias com um filho autista têm mais chances de ter outro filho com o TEA.

A ciência trabalha ainda com causas ambientais, como complicações no parto ou o uso de medicamentos pela mãe durante a gravidez.

Criou-se um mito que determinadas vacinas, como a de sarampo, caxumba e rubéola, seriam responsáveis pelo autismo. No entanto, não há nenhuma pesquisa que comprove isso, e as famílias devem continuar vacinando seus filhos para não criarem um

problema de saúde pública.

Causas

Ainda não se sabe ao certo quais as causas para o distúrbio. Acredita-se que a maioria dos casos seja de origem genética: alguns genes seriam responsáveis por essa condição, mas os pesquisadores ainda buscam respostas mais claras sobre essa correlação. Porém, é fato que famílias com um filho autista têm mais chances de ter outro filho com o TEA.

A ciência trabalha ainda com causas ambientais, como complicações no parto ou o uso de medicamentos pela mãe durante a gravidez.

Criou-se um mito que determinadas vacinas, como a de sarampo, caxumba e rubéola, seriam responsáveis pelo autismo. No entanto, não há nenhuma pesquisa que comprove isso, e as famílias devem continuar vacinando seus filhos para não criarem um problema de saúde pública.

Sintomas

As ações da campanha devem deixar claro para a sociedade os sintomas do autismo, que podem variar de indivíduo a indivíduo. É possível que o autista tenha dificuldade para ficar em ambientes muito barulhentos e movimentados, não atenda quando chamado, seja muito agitado, goste de ficar sozinho ou ainda tenha o hábito de fazer movimentos repetitivos. Muitas pessoas no espectro têm ainda seletividade alimentar ou dificuldades para dormir.

Alguns sinais podem surgir logo nos primeiros meses,

como bebês que não fazem contato visual, ficam quietos demais quando sozinhos, não estranham quando vão para o colo de estranhos, demoram a falar as primeiras palavras ou a engatinhar e andar. Por isso, é importante que os pais estejam informados para que possam procurar ajuda médica caso notem esses sintomas e investigar se é alguma característica do TEA.

Não existe um exame específico que detecta o transtorno. O diagnóstico é feito a partir do relato dos pais e avaliação médica. No entanto, em alguns casos, pode ser difícil fechar esse diagnóstico, ainda mais em crianças pequenas.

Tratamento

O TEA não tem cura, mas, com sessões de fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, entre outras terapias, é possível ajudar a criança a participar da rotina diária e também, aos poucos, se tornar independente. Em casos mais severos, de autistas que se batem ou ficam muito nervosos, por exemplo, a medicação prescrita pelo neurologista ou psiquiatra pode ajudar.

Em resumo, é essencial dar voz ao autismo, levando informação para a população e, desse modo, reduzir o preconceito. O Abril Azul também tem o papel de pressionar governos para que mais políticas públicas se voltem para esse grupo — como acesso às terapias e serviços de saúde, apoio às famílias, inclusão escolar e também ao mercado de trabalho.

Além disso, é preciso que os profissionais de saúde, como

médicos e terapeutas, recebam um treinamento para que consigam identificar o TEA de forma precoce. Pesquisas científicas para trazer mais respostas sobre o autismo também devem ser incentivadas.

Como participar da campanha?

O Abril Azul já é celebrado em organizações e entidades voltadas para a causa autista. Mas é preciso mais engajamento, principalmente por instituições de saúde, como clínicas e hospitais. São espaços importantes, que devem dar destaque a temas de saúde como esse.

Como participar e, assim, se engajar nessa causa? É possível criar ações simples para colaboradores, pacientes e comunidade, como:

- oferecimento de palestras com médicos, terapeutas e até pais de autistas que expliquem o que é o TEA;
- elaboração de cartazes e panfletos informativos conscientizando sobre o autismo;
- divulgação de vídeos nas redes sociais da instituição que tenham como tema o transtorno;
- organização de caminhadas junto à comunidade para dar visibilidade ao distúrbio.

O Abril Azul deve ser divulgado para a sociedade, a fim de que o autismo ganhe cada vez mais visibilidade. Assim, as entidades do setor público e privado devem se mobilizar e participar dessa campanha para que as pessoas com TEA tenham voz, sejam respeitadas e consigam fazer parte da sociedade, bem como ter os seus direitos garantidos. Medicalway - (Por Heloisa C. Mello)

Novos conveniados

INSTITUTO DIVERSE	Rua dos Otoni, 742 Sala 202 - Santa Efigênia - BH (31) 3646-4193	Ginecologia, Obstetrícia, Mastologia, Endocrinologia, Pediatria
MATHEUS NISTER MOREIRA REIS	Rua dos Timbiras, 3468 Bairro: Barro Preto - BH - (31) 98313-1139	Urologia, Cirurgia Geral
LABORATÓRIO ANDREIA MARIA GARCIA TRINDADE	Rua Tiradentes, 06 Bairro: Centro - Campo Belo (35) 3831-1187	Anatomia Patológica, Citopatologia, Patologia Clínica

CONECTE-SE COM A AMMP



ammp.org.br



ammp.mg



ammpminas



ammpmg



ammpminas



AMMA
ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CALENDÁRIO ESPORTIVO AMMP

21/05 - Treino de futebol

28/05 - Torneio de Beach Tênis

04/06 - Copa de Kart

16 a 19/06 - Torneio Nacional de Futebol

03/07 - Circuito das Estações

19 e 20/08 - Torneio de Sinuca e Truco

27 e 28/08 - Trilhas em Ipoema

03 e 04/09 - Torneio de Tênis

04/09 - Circuito das Estações Primavera

17/09 - Torneio de Beach Tênis

01/10 - Trilha Retiro das Pedras

29 e 30/10 – Torneio Estadual de Futebol

05/11 – Copa de Kart

27/11 Circuito das Estações Verão

11/12 – Volta da Pampulha

